

MERCADO EM 2013

CONJUNTURA INTERNA ADVERSA EXIGE REFORÇO DA PRESENÇA INTERNACIONAL

■ No actual contexto é de esperar um melhor comportamento das sociedades que se prepararam para enfrentar a crise e que optaram por uma organização adequada em termos de gestão.

Mais do mesmo, é isto que esperam de 2013 os principais “playeres” do mercado da advocacia que acompanha o mundo empresarial. Com a conjuntura adversa que se faz sentir a nível interno e em toda a Zona Euro, apostar na exportação de serviços jurídicos é uma das palavras de ordem. Neste âmbito, persistirá o trabalho de reforço da presença nos países lusófonos e nos mercados das economias emergentes. Já entre muros, tendo em conta o contexto recessivo, áreas de prática como o contencioso, a insolvência, o laboral e o fiscal deverão continuar como as mais procuradas por parte das empresas.

Tendo em conta as previsões económicas negativas, 2013 deverá corresponder a uma linha de continuidade face ao que se verificou no ano transacto. É com este prognóstico, feito por instituições nacionais e internacionais, que o tecido empresarial português terá de contar. O mesmo é dizer: é também essa a realidade expectável para o sector da advocacia de negócio.

“Não esperemos qualquer alteração significativa quanto ao tipo de solicitações dos clientes durante o próximo ano. A escassez de crédito por parte do sector bancário para o financiamento de novos projectos e investimentos foi o factor que mais dificultou a actividade das empresas em 2012”, avança um “player” do sector: até por força desta realidade, que não deverá alterar-se de forma substancial, as reestruturações deverão continuar a dar trabalho aos advogados.

AO SABOR DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA

“É de prever que continue a haver uma forte necessidade de aconselhamento jurídico nos diversos domínios da reestruturação empresarial, na renegociação de contratos, bem como nas áreas de contencioso e arbitragem”, observa o responsável de uma grande sociedade de advogados.

Se é de esperar uma diminuição de casos nas áreas financeira, designadamente, de mercado de capitais ou de “project finance”, pode admitir-se um incremento nas áreas de insolvências, direito laboral ou resolução de litígios. Até por isso, no seio das organizações societárias, tal como admitem alguns actores do mercado, a estratégia a seguir passará pela canalização de alguns recursos humanos “mais afectos às práticas menos requisitadas para as disciplinas mais procuradas”.

A maior pressão e exigência sobre o trabalho desenvolvido pelos advogados no apoio às empresas leva, por seu turno, a que o mercado dos serviços jurídicos se apresente cada vez mais competitivo. Ora tal facto, tal como sublinham alguns responsáveis de escritórios nacionais, poderá ser decisivo para mostrar a capacidade de resiliência das organizações societárias. “Players” do sector admitem que a conjuntura criada beneficiará as sociedades que se prepararam para enfrentar a crise e que optaram por uma organização adequada em termos de gestão.

REFORÇO DA APOSTA NA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

Face à conjuntura interna, outro dos propósitos perseguidos pelos escritórios de advogados será o do reforço da componente de exportação de serviços jurídicos. A expansão da actividade para outros mercados, quer para acompanhar clientes que façam essa aposta, quer procurando abrir novas frentes de trabalho, está necessariamente sobre a mesa. Em destaque, neste âmbito, surgem particularmente os países onde o português é a língua oficial, nomeadamente Angola, Brasil e Moçambique.

Mas não só. Tal como é possível inferir dos indicadores de participação neste 8.ª edição do In-Lex, a procura de novas geografias é uma constante por parte dos empresários portugueses e, por consequência, dos seus assessores jurídicos. Daí que os mercados da República Popular da China, da África do Sul, de alguns países do Leste Europeu ou da América Latina surjam também entre as jurisdições onde as nossas firmas de advocacia marcam presença de forma directa ou através de parcerias. ■

